



23480862



08018.003432/2023-90



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS – CONARE

A PRESENTE ATA FOI ELABORADA PARA INSERÇÃO NA PÁGINA VIRTUAL DO CONARE.

NÃO HÁ VERSÃO SIGILOSA DA PRESENTE ATA POSTO NÃO TEREM SIDO ENCONTRADOS ELEMENTOS SIGILOSOS PARA DESIDENTIFICAÇÃO.

A PRESENTE ATA FOI APROVADA E ASSINADA POR TODOS OS MEMBROS PRESENTES, CONFORME DOCUMENTO SEI 25022627

No dia nove de fevereiro de dois mil e vinte três, às dez horas, na sala Modular 02 do Salão Negro, localizado no térreo do Palácio da Justiça, em Brasília-DF, realizou-se a centésima sexagésima sétima Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, presidida pela Presidente do Conare, **Sra. Sheila Santana de Carvalho**.

Foi registrada a presença do Coordenador-Geral do Conare, Substituto, **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**; da Presidente em exercício e membro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Sra. Sheila Santana de Carvalho**; do Secretário Nacional de Justiça, **Sr. Augusto de Arruda Botelho**; da Diretora do Departamento de Migrações, **Sra. Tatyana Scheila Friedrich**; do membro titular da Polícia Federal, **Sr. Bruno Ribeiro Castro**; do membro suplente da Polícia Federal e Coordenador Nacional de Polícia de Imigração, **Sr. Marinho da Silva Rezende Júnior**; da membro suplente do Ministério da Saúde e Coordenadora-Geral na Assessoria Internacional do mesmo órgão, **Sra. Marina Moreira Costa Pittella**; da membro titular do Ministério do Trabalho e Previdência e Coordenadora-Geral de Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, **Sra. Lucilene Estevam Santana**; da membro suplente do Ministério da Educação, **Sra. Roseli Teixeira Alves**; da membro suplente do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede**; da representante do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Maria Clara de Paula Tusco**; do membro observador da Defensoria Pública da União, **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**; do membro titular do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), **Sr. Davide Torzilli**; da membro suplente do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), **Sra. Silvia Sander**; do membro titular da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, **Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão**; da representante do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, **Irmã Rosita Milesi**.

Acompanharam também a reunião, na condição de participantes: Amanda Pinho Lopes (CG- Conare); André de Carvalho Ramos (MPF); Alessandro Lopes Barroso (CG-Conare); Amarilis Busch Tavares (CG-Conare); Ana Célia Honorato Dorta (CG-Conare); Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede (CG-Conare); Barbara Linne Soares do Carmo (CG-Conare); Beatriz de Souza Furtado (CG-Conare); Brenda Ribeiro (Protocolo); Clarissa Carmo (CG-Conare); Corina Dias Adorno Ferreira (CG-Conare); Daniel Campos (Ministério Público Federal); Diego Souza Meriguetti (Acnur); Emiko Aparecida de Castro Matsuoka (CG-Conare); Fabiane Lopes Santiago dos Santos (CG-Conare); Fatima Mayumi Kowata (CG-Conare); Fernando Domingos de Farias (CG-Conare); Fernando Lopes da Fonseca (CG-Conare); Gabriela Teixeira (Fiocruz/DEMIG); Gustavo Bispo Alves (CG-Conare); Hugo Felipe Gonçalves (CGIL); Lara Rocha Guimarães

(Acnur); Ilana Szabo (DPU); Indira Lima Croshere (Polícia Federal); Jefferson Tavares de Araújo (CG-Conare); Joana Soares Cordeiro Lopes (Acnur); Jorge Luiz Ribeiro de Paula (CG-Conare); Juliana Nascimento Bueno da Silva (CG-Conare); Lais Yumi Nitta (CG-Conare); Larissa Eloia (AISA/Ministério da Saúde); Lazara Cristina do Nascimento de Carvalho (Senajus); Lazaro Romualdo da Silva (CG-Conare); Leila Romanini (CG-Conare); Leonardo Passinato e Silva (CG-Conare); Luana Maria Castelo Branco Medeiros (CG-Conare); Marcelo Amancio de Oliveira (Protocolo); Maria do Carmo Rodrigues Macedo (Senajus), Maria Clara de Paula (Ministério das Relações Exteriores); Marianna Borges Soares (IMDH/Jurídico); Mathias Alberto Moller (CG-Conare); Monica Salina Lima (CG-Conare); Osorio Vilela Filho (CG-Conare); Paula Alves de Jesus Santos (Protocolo); Paulo Sérgio de Siqueira (CG-Conare); Pedro Henrique de Moraes Cicero (CG-Conare); Rodrigo Alison dos Santos Souza (CG-Conare); Rodrigo Macedo Soares (CG-Conare); Rodrigo Portella Guimarães (CG-Conare); Rogério Tavares Leda (CG-Conare); Sylmara Campos Pinho (CG-Conare); Thais Soares (CG-Conare); Thayse Karoline de Souza Medeiros (CG-Conare); Vitoria Luiza dos Santos Cruz (CG-Conare); William Torres Laureano da Rosa (CG-Conare); Yara Mitsue Iguchi (CG-Conare); Yolanda Cavalcanti Alves (CG-Conare); e Yvanack Dantas Valério da Silva (CG-Conare).

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** declara aberta a centésima sexagésima sétima Reunião Ordinária do Conare, apresentando a seguinte proposta da pauta:

1. Apreciação de casos em bloco:

a. Reconhecimento da condição de refugiado,

b. Autorização de viagem;

2. Grupo de Trabalho para a formulação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia;

3. Missões da Presidência do Conare;

4. Inclusão de novos Ministérios como observadores;

5. Observatório Moise Kabagambe da Violência Contra Refugiados;

6. Ação Conare – Dia Internacional das Mulheres;

7. Assuntos diversos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** cumprimenta todos os presentes e expressa satisfação de inaugurar os trabalhos do Conare nesta nova gestão. Apresenta-se e diz estar honrada com a missão designada pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, de liderar os trabalhos do Comitê nos próximos anos. Acredita que, juntos, possam fazer grandes coisas pela agenda dos refugiados. Agradece a participação de todos e diz estar muito feliz que estejam prestigiando os trabalhos do Conare, apesar dos desafios relacionados ao momento de transição que se encontram. Saúda todos que estão acompanhando a reunião e, por ser a primeira, pede para que os membros que compõem a mesa se apresentem de forma breve. Em seguida, passa a palavra para o Sr. Augusto de Arruda Botelho, Secretário Nacional de Justiça.

O **Sr. Augusto de Arruda Botelho** cumprimenta e dá boas-vindas a todos os presentes. Realça o novo momento que o Brasil atravessa e comenta o impacto positivo do novo governo na política nacional de migração e refúgio, bem como sobre o grupo de trabalho criado pelo Ministro Flávio Dino para implementação de uma política nacional de migração e refúgio, sob a coordenação do DEMIG. Espera que consigam, coletivamente, produzir uma política humana e justa. Informa que precisará se retirar para cumprir outra agenda.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações do Sr. Augusto de Arruda Botelho e passa a palavra para Sra. Tatyana Scheila Friedrich. A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** cumprimenta os presentes na reunião, agradecendo a todos pela presença e pela dedicação ao Conare. Agradece o Sr. Augusto de Arruda Botelho pela confiança em nomeá-la para o cargo de Diretora do Departamento de Migrações e toda a equipe da Coordenação-Geral do Conare pela dedicação em prol da temática do refúgio. Apresenta o panorama geral das coordenações do DEMIG e diz que sua missão é resgatar o senso de normalidade depois da ruptura que é o deslocamento forçado, sendo o reconhecimento de refúgio fundamental para isso.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala da Sra. Tatyana Scheila Friedrich e, antes de avançar na pauta, quer trazer algumas considerações importantes para se ter como ponto de partida para os trabalhos do Comitê. Assim, argumenta sobre o desafio que o Estado brasileiro tem em lidar com diferentes fluxos migratórios que, nos últimos anos, vem aumentando com uma grande intensidade. Diz que, na gestão do Ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino, haverá um olhar humanitário para questões relacionadas a refúgio e migração a nortear o trabalho do Conare. Afirmou que a intenção é manter o Brasil como referência internacional em políticas de refúgio, ressaltando que a participação e parceria do Acnur foi importante na composição do Comitê. A Sra. Sheila Santana de Carvalho acredita que o espaço do Conare, além de análises de casos, possa incluir também novas ideias de políticas de refúgio, o qual sirva para avançar em discussões sobre como melhorar o acolhimento e a recepção dos refugiados. Nas próximas plenárias, quer tentar trazer uma atenção maior tanto para política de refúgio, quanto para análise de casos que precisam de uma resposta. Além disso, está buscando trazer um dinamismo diferenciado para o âmbito do Conare para conseguir avançar em políticas públicas e consolidar um espaço que consiga pautar em todo Governo Federal. Diz que foi incluída uma composição diversificada de áreas que são extremamente relevantes para o fortalecimento da política em relação aos refugiados, assim, é muito importante que se utilize tal estratégia no processo de formulação de políticas públicas. Argumenta que com o fluxo migratório muito grande e uma demanda extensa por parte da Coordenação-Geral do Conare, a análise dos números é essencial e ressalta que, nos últimos quatro anos, a equipe da CG-Conare conseguiu analisar mais de 212.000 (duzentas e doze mil decisões. À vista disso, ressalta que 55.634 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro) dos 63.700 (sessenta e três mil e setecentos pedidos de reconhecimento de refúgio foram deferidos pelo Conare nos últimos quatro anos, representando 87% do total. Explica que o Sisconare é um sistema especializado para atender as solicitações de refúgio, sendo hoje uma referência internacional para dar maior celeridade ao processo de refúgio. A Sra. Sheila Santana de Carvalho agradece o Coordenador-Geral interino do Conare, Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, e os Coordenadores, Sra. Amarilis Busch Tavares, Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero, pelo auxílio na preparação da reunião e na sistematização das informações. Agradeceu também as chefes dos núcleos regionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, Sra. Clarissa Carmo, Sra. Lais Yumi Nitta e Sra. Daniellle do Amaral Pizetta, as quais acompanham a reunião por videoconferência.

Tratando sobre os pontos da pauta, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** discorre sobre a apreciação em blocos dos casos relacionados aos cinco países nos quais o Conare reconheceu a existência de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos (GGVDH), a qual contou com o empenho da equipe de elegibilidade sob a supervisão da coordenadora de elegibilidade, Sra. Amarilis Bush Tavares, responsável por realizar a força-tarefa para os refugiados que analisou milhares de casos. Agradece à Ana Maria, Ana Paula, Bárbara, Beatriz, Fátima, Gustavo, Hugo Felipe, Luís Manuel, Rodrigo Alisson, Rodrigo Macêdo, Rogério Tavares e Yvanack, pelo esforço empenhado para os casos analisados em blocos. Diz também que não foi uma tarefa muito fácil, mas fica feliz pelo empenho da equipe, com a qual terá o prazer de conviver nos quatro próximos anos. Na oportunidade, apresenta o futuro Coordenador-Geral do Conare, Sr. Gabriel Gualano de Godoy, que deverá assumir o posto em março. Comenta que ele é uma grande referência na área de refugiados e que está feliz de tê-lo como aliado para construir a primeira e melhor política nacional migratória possível.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** coloca-se à disposição para apreciação dos casos em blocos e, partindo para o próximo ponto, informa sobre o grupo de trabalho para a política nacional de migração, refúgio e apatridia, cuja portaria foi assinada pelo Ministro Flávio Dino no mês de janeiro, colocando como um grande desafio a efetivação dessa política. Explica que se tratava de uma demanda, por parte do Secretário Nacional de Justiça e da Diretora do DEMIG, Sra. Tatyana Scheila Friedrich, colocar isso em construção e, em seguida, comenta sobre algumas missões que foram realizadas no mês de janeiro. Afirmo que participou da Operação Acolhida, acompanhando as atividades do Subcomitê Federal de Acolhimento e Interiorização (SUFAl), e também em missão de averiguação da situação dos refugiados e migrantes afegãos no Aeroporto de Guarulhos. Dando continuidade, fala sobre a inclusão de novos Ministérios como observadores. Relata, no próximo ponto, sobre o Observatório Moise Kabagambe da Violência Contra Refugiados.

No sexto ponto, trata sobre uma ação por parte do Conare para o Dia Internacional das Mulheres, dia 8 de março de 2023, e finaliza explicando que o fechamento da reunião se dará com assuntos diversos, incluindo agenda de reuniões ao longo do ano. Ainda, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** diz que deseja que as reuniões aconteçam presencialmente e irá fomentar ao máximo essa ideia, acreditando ser um espaço importante de encontro e considerando que todos os ministérios estão localizados em Brasília. Diz que se deve fazer um esforço para que as reuniões ordinárias sejam no formato presencial, mas que as reuniões preliminares técnicas continuariam sendo online. Registra a presença, na videoconferência, do Sr. André de Carvalho Ramos, membro observador representando o Ministério Público Federal, e do membro suplente da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Padre Marcelo Maróstica Quadro.

Em seguida, a Sra. **Sheila Santana de Carvalho** convida para que se manifeste a Coordenadora de Elegibilidade, Sra. Amarilis Bush Tavares. A Sra. **Amarilis Bush Tavares** começa sua fala lembrando como foi feito o trabalho da equipe da CG-Conare, a metodologia utilizada e quais foram os apoios ao longo do processo, e como foi pensada a força-tarefa desde o início do ano passado, que preparou centenas de casos para essa primeira plenária e registra agradecimento à Polícia Federal pelo apoio. Diz que foi encaminhada a proposta sobre o reconhecimento de processos de cinco nacionalidades que estão em situação de grave e generalizada violação dos direitos humanos (GGVDH), a saber: Afeganistão, Burkina Faso, Iraque, Mali e Síria. Recorda que a existência de GGVDH permite que os casos tenham uma análise simplificada, com o reconhecimento *prima facie* dos solicitantes com dispensa de entrevista, possibilitando respostas mais rápidas a essa população. Explica que o reconhecimento de GGVDH para esses países, feito pelo Conare, é válido até o dia 31 de março de 2023, sendo ideal que os casos sejam apreciados até essa data. A **Sra. Amarilis Bush Tavares** comenta que o procedimento consiste em duas etapas, sendo a primeira a seleção dos casos aptos para análise, com idade superior ou igual a dezesseis (16) anos. Com base nessa primeira seleção, foram encaminhadas listas para a Polícia Federal para as devidas checagens de segurança em relação aos solicitantes. Em seguida, explica que as extrações dos processos são feitas pelo Sisconare, a fim de verificar se esses casos realmente estão aptos a irem para plenária, se estão ativos, caso tenha ocorrido alguma inserção incorreta no sistema e não tenham sido analisados. Comenta que esse sistema é a base de dados atualizados necessários para checar quais processos estão ativos e, após verificar se a idade é superior a 16 (dezesseis) anos, realizam-se outros tipos de checagem. Essa triagem processual é realizada com o apoio da equipe mencionada, que conseguiu analisar 645 (seiscentos e quarenta e cinco) casos aptos para decisão em plenária. Diz que ainda segue uma quantidade residual de processos em que ou o solicitante tem menos de 16 (dezesseis) anos ou não foi possível comprovar sua nacionalidade, sendo esse o requisito básico para aplicação do reconhecimento *prima facie*. Explica que esses processos foram analisados caso a caso e então, verificou-se a documentação existente, focando primeiramente em passaporte, cédula de identidade e visto e, posteriormente, houve uma flexibilização para poder contemplar, com toda a margem de segurança, o maior número de casos possível, inclusive com o apoio da Polícia Federal. Ainda, diz que uma questão muito importante também é a da data de validade dos protocolos, relatando que, durante a pandemia, a Polícia Federal editou uma série de normativas que pretendiam prorrogar os prazos para regularização migratória da população migrante. Até que, no ano passado, a última portaria estabeleceu que o prazo final para regularização migratória seria dia 15 de setembro de 2022, após algumas discussões internas para avaliar qual seria o prazo compreendido como mais justo e adequado para a população solicitante de reconhecimento da condição de refugiado. Explica que foi realizada uma leitura conjunta dessa portaria com um instrumento normativo do Conare, que diz que os processos protocolados pela CG-Conare para apreciação são considerados válidos até seis meses após a não renovação do protocolo. Assim, estabeleceu-se esse prazo em razão da situação de vulnerabilidade dessa população, que foi afetada durante a pandemia de COVID-19, tendo sofrido com as restrições de mobilidade humana que impossibilitaram o acesso aos serviços da Polícia Federal. Diz que se compreendeu essa como a interpretação mais razoável acerca desses protocolos, isto é, serem considerados válidos por seis meses após a data de 15 de setembro de 2022, logo, os processos analisados estarão válidos até 15 de março de 2023. Finalizando, a **Sra. Amarilis Bush Tavares** agradece, novamente, a toda equipe pelos esforços.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e, dando início à pauta, informa aos presentes que foi enviado por e-mail os casos para reconhecimento de refúgio para os solicitantes das cinco nacionalidades dos países considerados como GGVDH, e que, para quem quisesse averiguar caso a caso, os blocos

estariam disponíveis no sistema. Afirma que, agora, a ideia é que sejam aprovadas todas as solicitações aptas de Burkina Faso, Mali, Afeganistão, Iraque e Síria, e caso alguém tenha alguma objeção em relação a isso, é o momento de falar, caso contrário, dará prosseguimento para a próxima pauta. Sem manifestações, declara reconhecidos como refugiados os solicitantes das cinco nacionalidades comentadas. Surge um questionamento, então a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** explica que, por serem centenas de pessoas, não teria como abrir cada um dos processos durante a reunião, portanto foi enviado de antemão um e-mail para os membros contendo uma planilha com todos os nomes que estariam aptos para o reconhecimento em blocos, cerca de 645 pessoas. Disse também que foi enviado um bloco relacionado à autorização de viagem daqueles que solicitaram para sair temporariamente do país e, segundo a leitura realizada, estariam aptos para fazê-lo. Em seguida, pergunta se mais alguém tem alguma dúvida específica, caso contrário, podem prosseguir. Novamente, agradece e reitera o reconhecimento como refugiados dos solicitantes dessas cinco nacionalidades, além de concedidas as autorizações de viagem para os refugiados que as solicitaram. Assim, prossegue para o próximo item da pauta, relativo ao informe, por parte da Diretora do Departamento de Migrações, sobre a política nacional de migração, refúgio e apatridia, passando a palavra para a Sra. Tatyana Scheila Friedrich.

A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** relata que o Ministro Flávio Dino publicou a Portaria MJSP nº 290, de 23 de janeiro de 2023, criando um grupo de trabalho para dar início ao processo de formulação e criação da política nacional sobre migração, refúgio e apatridia. A partir disso, diz que as quatro coordenações-gerais do DEMIG têm trabalhado cotidianamente com muita dedicação e comprometimento para conduzir os trabalhos de transformar essa portaria na realidade e nos eixos de atuação que o grupo de trabalho está definindo, com o apoio do gabinete do Secretário Nacional de Justiça, e aproveita para agradecer o assessor Sr. Rodrigo Portela. Fala que se tem estudado e trabalhado muito para que os temas de migração, refúgio e apatridia sejam tratados em sua integralidade e na plenitude que merecem, contemplando todas as dimensões do deslocamento e as implicações que elas podem ter. Informa ainda que estão trabalhando na composição do GT e que, muito em breve, terão isso definido, mas que é um trabalho complexo, pois é necessário que ele seja representativo da sociedade como um todo, sendo esse um princípio do refúgio, tendo que refletir não só a área governamental, mas principalmente área não governamental, com espaço para participação da sociedade civil, composta por migrantes, sendo importante que isso esteja organizado, inclusive, na Diretoria. Comenta que um dos maiores desafios é conseguir trazer o maior número de organizações internacionais e entes federados para participar do GT, pois eles têm um papel fundamental e são referências no Artigo 120 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, explicando que não adianta fazer a política se não houver o comprometimento, por parte dos governos, de executá-la, sobretudo dos municípios que acolhem essa população. Diz que isso está sendo trabalhado, em conjunto com o Ministério das Cidades, para trazer os conselhos municipais, estaduais e profissionais atuantes na área de migração e refúgio. Declara, ainda, que a participação dos Ministérios não deve ser de simples representação, e sim de comprometimento, devendo esses trazer consigo seus sub-órgãos e suas pastas relacionadas a questão de migração e refúgio, ou seja, absolutamente todas, pois se necessita de uma política migratória ampla, completa e que se comprometa com as previsões orçamentárias necessárias. Informa que já se tem uma pré-organização da sistematização para realizar diversos fóruns públicos coletivos, ou seja, audiências e conferências. Conta que a equipe está muito mobilizada para organizar e poder efetivamente implementar, não só o GT, mas também o começo da discussão política, e que há alguns limites orçamentários não previstos. Afirma que fica muito feliz em ter a Sra. Sheila Santana de Carvalho na Presidência do Conare e no Ministério da Justiça e Segurança Pública, e que não estão se medindo esforços para que, ao fim desse governo, tenha-se a tão esperada política migratória, prevista por lei. Por fim, coloca-se à disposição para o que for necessário.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala da Sra. Tatyana Scheila Friedrich e declara que a elaboração dessa política será um feito histórico e, justamente por isso, está sendo desafiador. Em seguida, relata que a política nacional de migração, refúgio e apatridia é uma reivindicação de muitos anos das organizações da sociedade civil, e por isso estão felizes de ter a oportunidade de colocá-la em prática. Por fim, abre para considerações, passando a palavra para a Sra. Maria Clara de Paula Tusco.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** parabeniza a Sra. Tatyana Scheila Friedrich e o Ministério da Justiça e Segurança Pública pela iniciativa em questão, que diz ser muito bem-vinda. Afirma que compartilha da necessidade da política, bem como da ciência do grande desafio que ela representa. Comentando sobre o

ponto de vista procedimental, coloca o Ministério das Relações Exteriores à disposição para integrar o GT, com a participação não somente da Divisão de Assuntos Humanitários e Migrações, mas também da Divisão de Imigração, visto que as duas, juntas, têm interesse e disposição para contribuir com o trabalho. Em seguida, pede que, se possível, seja compartilhado um esboço do calendário de reuniões, visto que a agenda geral relacionada ao tema será muito intensa esse ano.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala da Sra. Maria Clara de Paula Tusco, pergunta se mais alguém quer comentar e passa a palavra para o Sr. Davide Torzilli.

O **Sr. Davide Torzilli** parabeniza a iniciativa em pauta, a qual considera como muito importante. Diz que o Acnur está à disposição para apoiar o desenvolvimento de tal iniciativa, tratando-se de uma prioridade para eles. Declara que o Acnur possui experts no desenvolvimento de políticas, colocando-os à disposição para apoiar o desenvolvimento da política em questão. Referindo-se ao tópico anterior da pauta, comenta sobre a utilização da definição ampliada de refugiado, a qual o Acnur avalia como uma prática eficaz e eficiente, reconhecida à nível regional e internacional. Expressa o apoio do Acnur para o prosseguimento do mecanismo pautado, mais eficiente e que visa proporcionar proteção de forma mais rápidas às pessoas, acelerando o processo de tomada de decisão.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações do Sr. Davide Torzilli e passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**, em nome da Defensoria Pública da União, saúda a iniciativa que está sendo concretizada. Registra que está há cinco ou seis anos aguardando uma política nacional do tipo, ficando muito feliz que, nessa gestão, isso esteja sendo levado a efeito, depois de tanto tempo de espera. Declara tratar-se de um anseio por parte de todos da Defensoria Pública, bem como dos organismos internacionais e da sociedade civil, sendo esse um motivo de grande satisfação. Coloca a Defensoria Pública da União à disposição desde já, para contribuir no que for possível e demandado. Alega que a DPU dispõe de uma relação de proximidade com os comitês estaduais de políticas para migrantes e refugiados.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações do Sr. Gustavo Zortéa da Silva e passa a palavra para o Sr. Marinho S. Rezende.

O **Sr. Marinho da Silva Rezende Junior** inicia falando que, muitas vezes, pode parecer estranho que o primeiro contato do migrante seja com um policial. Alega que muito se fala em política, mas que os policiais são a “ponta”, o primeiro rosto que um migrante vê ao chegar no Brasil, o que pode lhe causar estranheza. Considera que isso leva o migrante a concluir que o assunto de migração e refúgio é um problema policial. Sustenta que isso deve ser desmitificado e que a Polícia Federal se empenha para capacitar seus policiais no sentido do caráter de acolhimento da Lei nº 13.445, de 2017. Alega que muitos policiais foram formados na mentalidade da Lei nº 6.815, de 1980, a qual considerava o migrante, o “estrangeiro”, como uma ameaça à soberania nacional. Coloca-se à disposição para que, em conjunto, busquem por soluções para a capacitação dos policiais, o que já é feito, entretanto ainda existe a questão da soberania muito incutida na mentalidade de alguns deles. Diz que gostaria de propor várias soluções, principalmente em relação ao Aeroporto de Guarulhos, no qual a Sra. Sheila Santana de Carvalho esteve presente e pôde ver como a situação que ali se passa é delicada. O **Sr. Marinho da Silva Rezende Junior** comenta, ainda, que, posteriormente, deverão discutir uma ideia muito importante, acerca de um centro específico de acolhimento em Guarulhos. Diz que, às vezes, como forma de defesa, o policial em Guarulhos tem que realizar uma série de diligências relativas à controle migratório e tráfico de drogas. Cita as apreensões exibidas pelo canal “Discovery” e ressalta que na realidade por trás daquilo, existem milhares de diligências. Afirma que acha muito importante que tentem desenvolver não só uma política migratória formal, mas também um protocolo de atendimento, com atenção especial à situação de Guarulhos, a atual porta de entrada do Brasil, principalmente em relação ao acolhimento do migrante, uma vez que há insuficiência de pessoas para fazerem isso. Ressalta que, muitas vezes, há dificuldade e desconhecimento por parte dos funcionários de como proceder a partir um pedido de refúgio. À vista disso, o **Sr. Marinho da Silva Rezende Junior** coloca-se, novamente, à disposição para a construção de uma solução viável de atendimento que faça com que o ser humano realmente se sinta acolhido, como dito pela Presidenta do Conare. Ainda, procura conscientizar em relação ao trabalho do policial, dizendo que muitas vezes ele faz o seu melhor, mas ainda não é o suficiente para os fins que o Brasil, como um

todo, deseja para o migrante que quer se regularizar e construir uma vida no país. Afirma que ficou muito feliz com as iniciativas e que sabe que há uma solução para a questão do Aeroporto de Guarulhos, pois viu os imigrantes afegãos foram acolhidos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações do Sr. Marinho da Silva Rezende Junior e pede a ele que passe o microfone à Irmã Rosita Milesi.

A **Irmã Rosita Milesi** ressalta que, em 2017, foi celebrada, com muita satisfação, a nova Lei de Migrações, sobretudo o Artigo 120, pois houve o entendimento de que a questão migratória seria uma responsabilidade contínua do país dali em diante. À vista disso, expressa que, agora, celebra-se novamente a decisão, já com portaria constituída, relacionada à política nacional migratória. Diz esperar uma participação ampla de setores relacionados à pauta de migração, tendo em vista que a qualidade da lei se deve à sua construção participativa e colaborativa de todas as instâncias. Assim, afirma acreditar que ninguém pode se queixar de não ter sido ouvido nas audiências públicas e nos eventos durante todo o longo processo da Lei de Migrações, que começou em 1991, embora o último texto não tenha muitos anos. Em seguida, a Irmã Rosita Milesi recorda o projeto de lei nº 1.813, de 1991, o primeiro que previu modificar a Lei de 1980, mas que só em 2017 foi implementado, depois de um longo processo, construído com a participação da sociedade. Finaliza parabenizando por esse passo concreto, após cinco anos da implementação da Lei sem muitos avanços relacionados ao Artigo 120, e desejando que esse seja um processo construtivo, amplo e satisfatório para contemplar a realidade do país, não mais de emigração, mas sim de movimentos migratórios diversos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece os comentários da Irmã Rosita Milesi e retorna a palavra à Sra. Tatyana Scheila Friedrich para serem feitas as considerações acerca do segundo tópico da pauta.

A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** afirma que compartilha da ansiedade geral para iniciar o processo e que se trata de um dia muito especial para o DEMIG, pois, finalmente, foram publicadas no Diário Oficial da União as nomeações para diversos cargos do departamento após mais de um mês do início do novo governo. Explica que o DEMIG passa por algumas dificuldades internas, tendo em vista que duas coordenações-gerais ainda estão sem coordenadores, e, por conta disso, o calendário ainda não foi lançado, mas isso será feito o mais brevemente possível. Continua agradecendo imensamente as colocações trazidas pelos participantes Sr. Davide Torzilli, Sr. Gustavo Zortéa da Silva, Sr. Marinho da Silva Rezende Junior e Irmã Rosita Milesi. Em especial, destaca a importância da fala do Sr. Marinho da Silva Rezende Junior, por se tratar de um representante da Polícia Federal preocupado com o acolhimento do migrante no protocolo de atendimento. A Sra. Tatyana Scheila Friedrich diz que durante sua atuação no Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, um protocolo foi discutido e entregue à Polícia Federal, não tendo sido implementado ainda, mas a postura do Sr. Marinho da Silva Rezende Junior sinaliza que mais esse sonho poderá realizado. Por fim, faz um agradecimento especial às palavras, experiências e sabedoria da Irmã Rosita Milesi, e diz que a sua participação, assim como a de todos os presentes, será fundamental para o processo de construção da primeira política migratória brasileira.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações da Sra. Tatyana Scheila Friedrich e avança para o próximo tópico da pauta, acerca das Missões da Presidência do Conare. A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** inicia explicando, de forma breve, que o Ministério da Justiça e Segurança Pública compõe a coordenação técnica, em nível federal, da Operação Acolhida. Nesse sentido, informa que, em janeiro, esteve em Pacaraima, no estado de Roraima, para analisar a situação dos abrigamentos e sistemas de acolhida. Para além das conversas com os generais e agências internacionais que lá se encontram, como a OIM e o Acnur, houve também a tentativa de avanço nos diálogos com os beneficiários diretos, a fim de contemplar como, de fato, estava o funcionamento da operação. Afirma que o início dessa gestão enfrenta como desafio o aumento do fluxo de migrantes, sendo que, na última semana, mais de 520 pessoas entraram no país por Pacaraima diariamente, enquanto na terceira semana de janeiro, o fluxo de entrada era de 800 pessoas por semana. Diz, portanto, que esse deve ser um ponto de atenção no âmbito do Comitê e dos Ministérios, devido ao risco de lotação dos abrigos. Relata que havia lá alguns conflitos relacionados à barreira sanitária, devido a um atraso na vacinação, mas que essa situação já foi solucionada pelo Ministério da Saúde. Ainda, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** expõe a situação dos imigrantes que não querem deixar a região de Pacaraima por conta da proximidade com a Venezuela e diz que isso se mostra como uma dificuldade para a permanência e desenvolvimento dessas pessoas, tendo

em vista a falta de estrutura da região. Ressalta que essa questão tem sido discutida com as autoridades locais, inclusive com o próprio Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flavio Dino, o qual recebeu o governador de Roraima em reunião recentemente e um dos pontos abordados foi justamente a Operação Acolhida. Comenta, ainda, que, embora a ideia inicial seja manter a operação, é preciso pensar em outras formas de lidar com esse alto fluxo, inclusive à nível de interiorização, isto é, de pessoas que estão passando pelo processo de acolhimento em outras partes do país, processo esse que o Acnur tem acompanhado de perto e que deve chegar, nas próximas semanas, à marca de 100.000 pessoas interiorizadas, no âmbito da Operação Acolhida.

Em seguida, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** pergunta se alguém gostaria de fazer alguma consideração ou se tem alguma dúvida em relação a esse assunto. Sem manifestações, prossegue para o próximo ponto, da situação no Aeroporto de Guarulhos, trazida anteriormente à atenção do Comitê pelo Sr. Marinho da Silva Rezende Junior. Relata que o Ministro Flávio Dino, juntamente com o Presidente Lula, solicitou a ida ao aeroporto a fim de ver o que pode ser feito em relação às pessoas afegãs em situação de acampamento. Diz também que se trata de um fluxo migratório muito diferenciado dos demais recebidos pelo Brasil e que, apesar de consideravelmente inferior àquele de Pacaraima, ainda é um número alto de pessoas do Afeganistão buscando refúgio no Estado brasileiro. Expõe que se trata de uma situação muito grave, tendo em vista a dificuldade de estrutura dos governos locais em proceder com o abrigamento, sobretudo nos últimos meses de 2022. Além disso, diz que há uma dificuldade relacionada à informação, tendo em vista que os dados nem sempre são consistentes, mas estima-se que em períodos de pico, havia mais de 300 pessoas acampadas no Aeroporto de Guarulhos. Nesse cenário, a Sra. Sheila Santana de Carvalho revela que a empresa concessionária do aeroporto ameaçou judicializar a questão, e, com isso, as pessoas seriam retiradas dali à força, por meio da violência, agravando ainda mais a situação. Explica, então, que se aguardou para conseguir, a partir do Governo Federal, a mobilização também dos governos locais, para cuidar de diálogos e tratativas. Relata que o acampamento foi desmontado, devido à rede de abrigamento muito diferenciada que surgiu tanto em São Paulo quanto em Guarulhos. Assim, esclarece que não se trata de um sistema único de abrigos, como visto no âmbito da Operação Acolhida em Roraima, tendo em vista que os abrigos têm sido feitos de diversas formas, entre elas casas residenciais alugadas, redes de hotéis – forma de abrigamento muito comum da Prefeitura de São Paulo – e casas de acolhimento formuladas a partir de uma parceria entre a Prefeitura de Guarulhos e o Governo do Estado de São Paulo, com espaço de convivência e quartos que permitem que as famílias fiquem juntas, sendo esse um grande desafio, pois as famílias afegãs são numerosas, com 12 a 14 pessoas. Registra que as autoridades locais relataram que houve vários conflitos em relação a abrigos que continham tanto imigrantes afegãos quanto pessoas em situação de rua, sendo esse, muitas vezes, um fator para que as pessoas voltassem para o aeroporto. Portanto, a Sra. Sheila Santana de Carvalho explica que a ideia de desmontar o acampamento no aeroporto é no sentido de não dar permanência a essa situação de insalubridade, tendo a Polícia Federal relatado que toda a estrutura de lá foi retirada, inclusive as doações por parte da sociedade civil que acabavam perpetuando aquele cenário, as quais estão, eventualmente, sendo recebidas pelo Aeroporto de Guarulhos e encaminhadas para os centros de abrigo. Assim, diz que é necessário atentar-se a esse cenário a fim de buscar uma solução definitiva, tendo em vista o risco de um novo grande fluxo de migrantes afegãos chegando pelo aeroporto e a inexistência de uma estrutura local para realizar o acolhimento.

Dando seguimento, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** informa que houve uma reunião em conjunto com alguns Ministérios, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério dos Direitos Humanos, com o intuito de pensar em uma força-tarefa que pudesse apresentar uma solução para a situação em geral, dentro da realidade local e com algumas medidas no âmbito federal para proporcionar uma rede de acolhimento. Diz ainda que existe uma questão estrutural relacionada ao próprio Aeroporto de Guarulhos que precisa ser enfrentada, tendo em vista que o posto humanizado não está funcionando de forma minimamente adequada, mas não por falta de empenho, e sim pelo baixo número de funcionários, cerca de três pessoas encarregadas de atender tanto quem chega inabilitado, quanto pessoas em situação de emergência, bem como os refugiados que chegam do Afeganistão. Assim, explica que a estrutura do posto não tem dado conta da demanda que tem recebido, sendo esse um grande desafio a ser enfrentado por meio da reestruturação do posto ou até mesmo pela ideia trazida anteriormente pelo Sr. Marinho da Silva Rezende Junior de um centro de acolhimento dentro do aeroporto que funcione 24 horas por dia, pegando vários ciclos de funcionamento do aeroporto, para

atender os migrantes que chegam em qualquer horário. Diz também que tal ideia é fundamental para conseguir estruturar algo mais permanente e para que essa situação degradante não se repita, citando alguns acontecimentos ocorridos, tais como, infestação de ratos e baratas, problemas de energia, riscos de incêndio e cenários de violência, incluindo tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes, tendo em vista a situação de vulnerabilidade e maior facilidade de coação que essas pessoas se encontram, além do aeroporto ser um lugar público, de livre circulação, não havendo um controle de entrada e saída. A Sra. Sheila Santana de Carvalho cita, ainda, as condições da sala restrita do aeroporto, anteriormente conhecida como conector, local em que ficam os inabilitados, onde há um problema gravíssimo, pois não está correspondente às resoluções normativas de atendimento. Lembra que, no passado, o Brasil foi alvo de atenção e condenações internacionais, inclusive do relator de tortura da ONU, em relação à sala restrita, por causa do longo período que as pessoas em situação de inabilitação e sem documentação passavam lá, um local sem condições mínimas de sobrevivência. Adiciona que foram publicadas resoluções específicas que estabeleceram um limite máximo de 48 a 72 horas para que cada situação individual fosse solucionada, entretanto quando esteve no aeroporto viu que havia pessoas que estavam há mais de 20 dias naquela situação, sendo a média de cerca de 10 dias, revelando uma situação muito grave, além de um recorte racial evidente, visto que todas as pessoas que estavam na sala eram negras, totalizando cerca de 23 pessoas. Portanto, diz que aproveita a situação de uma reunião do Conare para trazer o tema à atenção dos membros participantes e informar que, atualmente, estão sendo pensadas propostas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e mantidos diálogos com os pares será muito importante para alcançar uma solução definitiva para cumprir as resoluções em relação à sala restrita. Por fim, a Sra. Sheila Santana de Carvalho conclui abrindo espaço para considerações acerca do Aeroporto de Guarulhos.

A **Sra. Marina Moreira Costa Pittella** agradece a Sra. Sheila Santana de Carvalho pelo relato abrangente e informa que irá comentar especificamente sobre a situação dos afegãos e a necessidade de uma política sistemática de vigilância, como foi pontuado anteriormente. Diz que, desde o ano passado, tem acompanhado essa situação de modo informal, sob o ponto de vista do Ministério da Saúde, havendo uma preocupação em relação à possível reentrada do poliovírus no país, uma vez que o Afeganistão é área endêmica, e considerando o decréscimo da cobertura vacinal no país. Explica que as atribuições são dos entes federados e da vigilância estadual, mas que seria importante organizar uma política mais sistemática e estruturada de realizar a vigilância e de oferecer a imunização, da maneira do que existe atualmente em Pacaraima. Finaliza reforçando a perspectiva do Ministério da Saúde em relação à entrada dos nacionais do Afeganistão, colocando o Ministério à disposição para acompanhar esses esforços.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a colocação da Sra. Marina Moreira Costa Pittella e reforça que a questão sanitária é um elemento, dentro do Aeroporto de Guarulhos, que precisa ser considerado, sendo importante que as ações sejam coordenadas a fim de dar uma resposta efetiva para essa situação.

O **Sr. Davide Torzilli** informa que vai a São Paulo na próxima semana, onde também terá a oportunidade de visitar diretamente a situação do aeroporto, a qual já está muito melhor agora. Abordando a questão da sala restrita, diz que é muito importante que a situação não se repita, visto que a chegada de afegãos vai provavelmente continuar acontecendo. Declara que é compromisso do Acnur seguir apoiando, como tem feito até agora, particularmente o aprimoramento das condições de recepção e a contratação de mediadores culturais para apoio na tradução e também no fortalecimento da rede de abrigo, entre outras coisas. Diz que o Acnur financia 2 (dois) abrigos, dos 10 (dez) existentes, e também apoia os demais com infraestrutura, e que vai continuar com esse compromisso, bem como com o apoio para resolver a situação da sala restrita, colocando-se, por fim, à disposição para isso.

O **Padre Marcelo Maróstica Quadro** cumprimenta todos e todas e saúda a Sra. Sheila Santana de Carvalho pela presidência do Conare nesta nova etapa e novo governo, cheio de expectativas. Ressalta que a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo foi uma das organizações que acompanhou desde o início a chegada dos afegãos no Brasil e, por conta disso, perceberam que a grande dificuldade foi em relação à articulação de forças para dar uma resposta à situação do aeroporto, bem como a alguém que pudesse comandar tal articulação. Explica que, quando tratado anteriormente sobre a política nacional de migrações e refúgios, compreendeu-se a importância do papel do Governo Federal para garantir a administração da integração. Em seguida, comenta sobre a apreensão com a situação do aeroporto, expondo que, em julho de 2022, a Cáritas e a Missão Paz, duas organizações que acompanham a questão

do posto humanizado, encaminharam para os órgãos responsáveis uma carta que assina o termo de cooperação de atuação no aeroporto pontuando as preocupações, sendo que o cenário dos afegãos acabou piorando muito a situação da sala dos inadmitidos. Reafirma que o posto não conseguiu dar conta e acabou abandonando praticamente a missão de sua responsabilidade, do acompanhamento. O **Padre Marcelo Maróstica Quadro** diz que tem certeza de que a política nacional de migrantes, refugiados e apátridas vai conseguir fornecer respostas aos vazios que surgem diante das situações de fluxos migratórios, devendo-se pensar numa política verdadeiramente de integração, como percebido pela dificuldade com os afegãos. Ressalta que o Brasil é um país hospitaleiro, mas que a acolhida não é como se gostaria, pois não leva realmente à integração.

O **Sr. André de Carvalho Ramos** saúda todos os presentes e declara que o Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos são sempre parceiros dos trabalhos de migração e refúgio em todo o Brasil, e que os temas tratados representam uma preocupação constante nos inquéritos civis públicos, nas ações penais e nas atuações judiciais ou extrajudiciais. Diz que, assim como o Sr. Davide Torzilli, também estará no Aeroporto de Guarulhos na próxima semana. Saúda o representante da Polícia Federal, da Operação Horizonte. Em concordância com a fala do Padre Marcelo Maróstica Quadro, sobre uma articulação constante, declara que é indispensável que não se trate de uma “política band-aid”, isto é, uma solução temporária para os problemas. Elogia a criação do grupo de trabalho e coloca o MPF à disposição. Parabeniza e deseja sucesso à Sra. Sheila Santana de Carvalho e à Dra. Tatyana Scheila Friedrich, dizendo se tratar de pessoas que, com absoluta certeza, terão sucesso na implementação de uma política migratória pro-persona durante esses quatro anos de gestão.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as palavras do Sr. André de Carvalho Ramos e prossegue para a próxima pauta da reunião. Trata-se de uma proposta para inclusão de novos ministérios como observadores, sendo necessária a consulta do Comitê para tal. Argumenta que a Lei de Refúgio é de 1997, refletindo uma realidade distante de representação ministerial, havendo, atualmente, uma nova composição e maior diversidade de ministérios, cujas agendas de muitos deles dialogam com os temas tratados pelo Conare. Como exemplo, cita o grande parceiro dentro da Operação Acolhida, o Ministério do Desenvolvimento Social. Diz que se tem recebido solicitações também de outros ministérios para a participação e acompanhamento das reuniões do Comitê, dentre eles o Ministério dos Direitos Humanos. Portanto, gostaria de consultar se há alguma objeção quanto ao convite de ministérios relacionados a agenda de refugiados para a composição do Comitê como observadores. Explica que essa inclusão pode ser feita via portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a fim de qualificar a participação dos novos ministérios e conseguir avançar no desenvolvimento de políticas para refugiados. Não havendo considerações, passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** agradece a Sra. Sheila Santana de Carvalho e diz achar muito salutar tal ampliação para poder refletir a nova realidade do país, a qual provavelmente não existia quando foi aprovada a Lei do Refúgio. Então, por parte da Defensoria Pública da União, diz estar muito satisfeito e achar muito importante a inclusão do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas, pois, a seu ver, são ministérios muito conectados com a nova realidade migratória brasileira.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações trazidas pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva e pergunta se há mais alguma observação. Sem manifestações, concorda quanto à inclusão, a princípio, dos quatro ministérios trazidos pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva, e adiciona o Ministério das Mulheres e o Ministério dos Portos e Aeroportos, considerando os desafios também nas fronteiras aéreas. Diz que o tema será encaminhado para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a elaboração da portaria. Após comentário da **Sra. Lucilene Estevam Santana**, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** responde que pode ser feito o convite também para o Ministério das Cidades e que isso será incluído na consideração. Por fim, acreditando que a pauta esteja aprovada, agradece e parte para o próximo tópico, sobre o Observatório Moise Kabagambe.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** fala sobre o lançamento do Observatório, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Retomando o contexto histórico, conta sobre quando houve o assassinato do refugiado congolês, Moise Kabagambe. Diz que o Comitê aprovou a proposta para criação de um Observatório para violência contra refugiados, mas que ela não foi encaminhada e nem efetivada. Afirma, então, que esse é um dos compromissos da nova gestão Ministério da Justiça e Segurança Pública, isto é,

efetivar a construção do Observatório Moise Kabagambe, criando, assim, um canal de denúncia para a violência contra refugiados e realizando parcerias com organizações da sociedade civil, tais como universidades e estudiosos na questão do enfrentamento à violência, como uma forma de compilação de dados para a formulação de políticas públicas, a fim de rever o cenário de violência dos refugiados. Critica as diversas formas de violência que a população refugiada está sujeita dentro da sociedade, como violência de gênero, citando os casos de exploração sexual, violência de raça, alegando que a xenofobia é agravada pela questão racial, violência relacionada ao trabalho, sendo necessário monitorar a situação de possíveis trabalhos análogos à escravidão em relação à população refugiada. Assim, informa que são temas que estão no objeto de atenção do Observatório. Dando continuidade, fala sobre o plano de ação de mapeamento de dados e informações, esperando que, por meio da sociedade brasileira, possa se ter uma atuação coordenada para enfrentar essas situações de violência. Explica que é um cenário desafiador e que a ideia é divulgar bastante esse mecanismo, para que a própria sociedade consiga fazer um bom uso dele para chegar em quem mais precisa, que é a população refugiada espalhada pelo Brasil. Dessa forma, relata que a ideia é que seja elaborado um plano de ação para ser apreciado no âmbito do Comitê na próxima sessão ordinária, com a ideia do programa de atenção de políticas de refúgio para pessoas afrodescendentes, dizendo acreditar que Observatório já é uma ação consistente no âmbito desse programa. A Sra. Sheila Santana de Carvalho diz que deve haver um olhar racializado para com aqueles que chegam no Brasil, conseguindo construir políticas públicas que são mais direcionadas para a população afrodescendente, que fica em um cenário maior de precariedade quando se fala de questões de refúgio. Sendo assim, explica que a ideia é que isso seja um elemento de atenção da nova gestão, e diz ainda que o Ministro Flávio Dino tem muito empenho em fazer com que seja construída uma justiça antirracista, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como ter esse olhar atento no âmbito do Conare será importante para os trabalhos que querem desenvolver, como um todo.

A Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede parabeniza a iniciativa de operacionalização do Observatório, dizendo ter sido uma medida muito reconhecida internacionalmente, tendo recebido inúmeras cartas de congratulações de outros países, do Acnur e da OIM, tendo em vista a importância da iniciativa. Comenta que, mesmo na portaria, o Observatório foi criado para a observação da violência contra refugiados, mas diz que a realidade, tanto brasileira quanto mundial, trata, cada vez mais, de fluxos mistos, isto é, imigrantes e refugiados que chegam no nosso país por diversas razões, sendo que essa separação nem sempre é tão clara. Portanto, argumenta a favor da incorporação da menção à população migrante ao Observatório, dando, assim, massa crítica tanto para o desenvolvimento da política nacional de migração, refúgio e apatridia quanto para o desenvolvimento de uma política voltada para o refúgio para pessoas afrodescendentes. Afirma que essas questões são tratadas cada vez mais de uma maneira holística, sendo importante que se dê prosseguimento à iniciativa com um olhar amplo, e não especificamente em uma ou outra população, sob risco de negligenciar pessoas que merecem o comprometimento do Estado brasileiro com o acolhimento.

A Sra. Sheila fala sobre a importância das considerações trazidas pela Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede, explicando que, até então, não havia tido oportunidade para uma agenda integrada de refugiados e imigrantes, mas acredita que possa se colocar tanto CG-Conare quanto DEMIG para trabalhar em conjunto no desenvolvimento dessa iniciativa. Ainda, reconhece a dificuldade, por parte da população em geral, em perceber a diferença entre refugiados e imigrantes, sendo importante, quando se fala da sistemática de acolhimento contra a violência, que se considere as diferentes formas de ingresso e de permanência no país,

O Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão comenta a celebração feita no dia seguinte ao lançamento do Observatório, promovida por vários organismos do Rio de Janeiro, em homenagem ao Moise Kabagambe, que contou com a presença da família do homenageado. Relata ter sido um grande encontro de pessoas preocupadas com a mesma realidade, não só em resolver um problema de violência, mas em perceber uma mudança de postura que a sociedade tem para trabalhar. Externou sua felicidade, pois esse tema vem sendo falado há 20 anos, e agora foi criado um processo com a finalidade de levar adiante uma observação contundente e que tem incidência na realidade da vida das pessoas. Disse que vem sendo falado sobre isso há 20 anos e, de repente, foi criado um

A Sra. Sheila Santana de Carvalho agradeceu o relato do Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão, e diz ter sido um momento muito emocionante poder estar com a família do Moise e fazer com que eles se

sintam amparados, considerando tudo o que passaram no último ano, contando inclusive com o apoio da Ministra Anielle Franco, do Ministério dos Direitos Humanos e do Ministro Flávio Dino.

O **Sr. Davide Torzilli** parabeniza a Presidenta pelas iniciativas, que acredita serem importantes e urgentes, e diz que o Acnur gostaria de contribuir. Afirmar que é importante reconhecer o racismo estrutural no país e dar a oportunidade para melhorar a resposta da integração da população negra refugiada.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala do Sr. Davide Torzilli e passa para o próximo tópico. Mas antes disso, a **Irmã Rosita Milesi** faz um questionamento acerca da proposta refletida pela Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede, sobre integrar migrantes e refugiados afrodescendente ao Observatório, ao que a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** esclarece que, na verdade, seria apenas uma atualização do que já havia sido deliberado no âmbito do Conare, sendo que para o plano de ação irá considerar essa particularidade.

A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** comenta que a sugestão é importante e que todas as áreas do DEMIG estarão atuando conjuntamente para apoiar as ações do Observatório. A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** complementa o comentário reiterando que a iniciativa foi tomada com a denominação de Observatório para a Violência contra Refugiados e que a proposta seria retificar o que já havia sido deliberado pelo Conare. O nome do Observatório deverá agregar o termo “Migrantes”, a fim de enfrentar a violência que essas comunidades que vêm ao Brasil estão sofrendo. É uma proposta de atualização, pois, está sendo efetivada a decisão que havia sido tomada para o Comitê, e, para o plano de ação, vão passar a considerar essa particularidade.

Antes de prosseguir para a próxima pauta, o Sr. Gustavo Zortéa da Silva pede a palavra, a fim de fazer uma reflexão em relação ao item anterior, acerca do convite aos ministérios.

O Sr. **Gustavo Zortéa da Silva** argumenta a favor do convite também de entidades relacionadas à migração, a fim de que os migrantes possam participar e opinar na construção das políticas públicas que serão gestadas em favor deles, no sentido de começar a utilizar o Conare não só como um espaço de elegibilidade, mas também como um espaço privilegiado para a formação dessas políticas.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a reflexão trazida pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva e acredita ser um ponto que possa ser levado em consideração para o desenvolvimento do trabalho do Conare relacionado ao aumento da participação social e do pluralismo. Acredita que possa ser construído um grupo de trabalho para estudar como ampliar essa participação, fazendo com que seja efetiva e atenda aos propósitos mencionados pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva. Traz o tema à atenção dos membros do Conare para que isso seja levado em consideração e colocado como ponto de pauta, a fim de ser discutido mais profundamente e ser mais bem desenvolvido. Por fim, pergunta se há alguma consideração em relação ao assunto. Sem manifestações, segue para o próximo ponto da pauta, acerca do Dia Internacional das Mulheres.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** diz que a próxima reunião deve acontecer no dia 7 de março de 2023, no mesmo formato de apreciação de casos, mas com enfoque na questão de gênero como pauta principal da reunião. Ou seja, apreciar os casos de grave e generalizada violação de direitos humanos em que a questão da violência de gênero seja o ponto central, citando o exemplo dos países que realizam a mutilação genital feminina, ou onde as mulheres estejam sendo perseguidas no geral. Comenta que no dia seguinte à reunião, dia 8 de março de 2023, haverá, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um evento liderado pela Secretaria Nacional de Justiça – Senajus focado na questão da mulher, dentro da centralidade da mulher migrante e refugiada. Assim, a Sra. Sheila Santana de Carvalho passa a palavra para a Sra. Tatyana Scheila Friedrich, que está à frente da elaboração do evento.

A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** explica que a iniciativa do evento é do Ministro que, através da Secretaria-Executiva, convocou todas as secretarias para realizar uma ampla ação no dia 8 de março de 2023, cujas diretorias estão orientando as ações desde o começo de janeiro. No caso da Senajus, a reunião especial acontecerá na área de refúgio no Conare, atraindo esses tipos de processo. Acrescenta que haverá um grande lançamento de campanha, sendo realizada uma atividade na área de política migratória e de naturalização. Ressalta que se está dando prioridade para as questões de gênero dentro dos trabalhos para ter esse grande lançamento. Comenta que a Secretaria Nacional de Políticas Antidrogas, a Secretaria Nacional do Consumidor e a Secretaria Nacional de Segurança Pública estão

fazendo uma série de atividades. Por exemplo, novas viaturas estão sendo direcionadas para ações no âmbito a lei Maria da Penha. Por fim, reitera que será um amplo conjunto de ações por parte de todas as secretarias do Ministério, sendo que a Senajus vai participar através de várias ações envolvendo os refugiados, o que incluir uma reunião especial para o Conare, que foi antecipada para o dia 7 de março de 2023.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a explicação da Sra. Tatyana Scheila Friedrich e abre espaço para sugestões de pontos para a pauta da reunião do dia 7 de março de 2023 para que possam trabalhar em conjunto, dizendo que as sugestões podem ser mandadas nas próximas semanas. Explica que a ideia é que seja realizada uma reunião técnica preliminar, no formato virtual, no dia 23 de fevereiro, para a análise prévia dos casos que serão levados para discussão na próxima reunião ordinária.

O **Sra. Marina Moreira Costa Pittella** se manifesta para confirmar a data da próxima reunião, que mudou do dia 16 para o dia 7 de março. Pergunta ainda se todas as reuniões técnicas preliminares deste ano estão previstas para serem realizadas no formato virtual. Por fim, questiona se o restante do calendário vai se manter do jeito que estava.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** confirma as dúvidas da Sra. Marina Moreira Costa Pittella e afirma que, ao final da reunião será definido o calendário de 2023 e segue para a próxima pauta, sobre a Operação Horizonte. Relata que o dia 14 de fevereiro será um dia muito importante em São Paulo, pois completará um ano desde o início da Operação que tem dado muitos resultados. Conta que Sr. Augusto de Arruda Botelho e a Sra. Tatyana Scheila Friedrich estarão representando-os nesta celebração e cita outros membros que também irão participar do evento, como o Sr. Davide Torzilli e o Sr. André de Carvalho Ramos. Diz tratar-se de um momento importante para realizar, no âmbito do Conare, um processo de avaliação da Operação Horizonte, na perspectiva de como aprimorar esse trabalho tão importante que está sendo desenvolvido. Trata sobre as mudanças estruturais enfrentadas pela CG-Conare, comunicando os presentes sobre a saída da Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros, que esteve na chefia da Divisão de Soluções Duradouras e que agora irá assumir a Coordenação-Geral de Migração Laboral no DEMIG. A Sra. Sheila Santana de Carvalho expõe que o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner irá assumir a chefia da Divisão de Soluções Duradouras havendo uma continuidade da equipe. Fala, ainda, que a chefe do Núcleo Regional da CG-Conare na cidade do Rio de Janeiro, a Sra. Clarissa Teixeira de Araújo do Carmo, também irá se afastar da posição para assumir outro cargo no âmbito do Governo Federal, mas diz que irão em busca de outra pessoa para assumir o papel de coordenação no Rio de Janeiro. Ratificou que o Sr. Gabriel Godoy assumirá o cargo de Coordenador-Geral do Conare, a partir do mês de março, e que será fundamental para liderar os desafios da nova equipe. Por fim, pergunta se a Sra. Clarissa Teixeira de Araújo do Carmo gostaria de se manifestar.

A **Sra. Clarissa Teixeira de Araújo do Carmo** saúda a todos e agradece pelo tempo e trajetória no Núcleo Regional da CG-Conare na cidade do Rio de Janeiro. Diz não se tratar de uma despedida, pois irá assumir a Coordenação-Geral de Políticas para Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, estando muito feliz com esse novo desafio. Espera trabalhar mais próxima de todos os presentes e que chegue alguém para assumir os trabalhos desenvolvidos pela equipe, mas diz estar muito tranquila em relação ao que conseguiram montar, tendo em vista que o escritório não existia antes da pandemia, e que atualmente realiza um trabalho muito próximo com as organizações da sociedade civil e outros órgãos públicos. Parabeniza pelos trabalhos, por todo aprendizado transmitido e pelo acolhimento e, por fim, agradece e pede desculpas por eventuais erros, mantendo a expectativa de que continuem trabalhando juntos em uma pauta de que tanto gostam.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala da Sra. Clarissa Teixeira de Araújo do Carmo e diz admirar muito o trabalho realizado à frente da Coordenação, tendo ela sido fundamental para a articulação com a família do Moise Kabagambe, para que se pudesse dar efetividade e operacionalidade para o Observatório. Em seguida, passa a palavra para a Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros, para suas considerações.

A **Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros** agradece a parceria dos últimos anos e diz que vai continuar próxima, com uma pauta muito conexas à pauta do refúgio e com trabalho no GT da política nacional de migração, refúgio e apatridia. Pede desculpas caso não tenha conseguido atender alguma demanda e fala que, agora, tentará encontrar novos caminhos para a migração laboral, acreditando ser uma área que

funciona relativamente bem em termos de análise de processos, mas que tem muito a avançar, principalmente, no foco num perfil mais vulnerável de migrantes que tem outras formas de inserção no mercado laboral, como MEI e autônomos. Por fim, agradece e finaliza sua fala.

A Sra. **Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações da Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros, enaltece seu trabalho frente ao Sisconare. Diz que se hoje temos um sistema que possibilita receber e processar os pedidos de refúgio, isso se deve ao excelente trabalho realizado por ela.

O Sr. **Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** agradece a Sra. Clarissa Teixeira de Araújo do Carmo por todo o período em que estiveram juntos na Coordenação e todo o trabalho de interlocução com a sociedade civil, realizado por ela no Rio de Janeiro. Agradece também pelo apoio no período como Coordenador-Geral substituto, citando ainda seus colegas, o Sr. Pedro Henrique de Moraes Cícero e a Sr. Amarilis Busch Tavares, mas, especialmente, a Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros, a qual deu muita força nesse período de interinidade. Agradece, ainda, a confiança da Sra. Tatiana Scheila Friedrich e da Sra. Sheila Santana de Carvalho, em permanecer na equipe, dizendo ser um trabalho que gosta muito de fazer e que podem continuar contando com ele na Divisão de Soluções Duradouras. Por fim, ratifica os agradecimentos à Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros pelo trabalho na estruturação do Sisconare, assim como pelos avanços na Coordenação-Geral do Conare nos últimos anos, desejando-lhe sucesso nas novas atribuições.

A Sra. **Sheila Santana de Carvalho** agradece ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner pela fala e aproveita para agradecê-lo publicamente, visto que, enquanto coordenador-geral substituto, foi fundamental para ajudar na transição e na construção de tudo o que foi feito durante o primeiro mês, bem como na elaboração da reunião.

O Sr. **Gustavo Zortéa da Silva** deseja sucesso para a Sra. Clarissa Teixeira de Araújo do Carmo, falando da proximidade da Defensoria Pública da União com o Conare no Rio de Janeiro. Agradece a Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros, com a qual já convive há algum tempo no Conare, dizendo que certamente terá muito sucesso na migração laboral, e que fica muito feliz com sua fala de começar a focar em perfis de trabalho mais vulneráveis, sendo essa uma luta que sempre existiu, no âmbito do Conselho Nacional de Imigração. Espera que o conselho possa sempre ter um olhar para as pessoas vulneráveis para as pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho de forma mais vulnerável.

A Sra. **Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações do Sr. Gustavo Zortéa da Silva e passa a palavra para a **Irmã Rosita Milesi**.

A **Irmã Rosita Milesi** expressa um agradecimento especial à Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros pela gentileza e pela forma tranquila e colaborativa com que sempre trabalharam. Comenta que não teve muito contato com a Sra. Clarissa Teixeira do Carmo, mas deixa um agradecimento pelo especial a ela. Recorda que, desde o lançamento do Sisconare, o IMDH recebeu da Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros orientações sobre a operação do sistema e afirmou que recebeu ajuda sobre procedimentos específicos para indígenas da etnia warao, detalhes sobre documentação e formas de acelerar a tramitação dos processos. Manifesta satisfação com a permanência do Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner na equipe e agradece novamente a todos do Conare pela disponibilidade. Registra sua confiança de que abertura ao diálogo e acolhida nas propostas apresentadas continuará, pois é uma postura coletiva do grupo, mas agradece de modo especial às pessoas que agora passam para outros setores.

A Sra. **Tatyana Scheila Friedrich** reitera os agradecimentos, as palavras de despedida e boas-vindas aos novos ocupantes dos cargos citados, informando que a Sra. Sylmara Campos Pinho passa a ser responsável pelo Sisconare. Comenta que a equipe é muito enxuta, mas todos trabalham com muita velocidade e força de vontade.

A Sra. **Sheila Santana de Carvalho** volta a saudar a equipe da CG-Conare por todo o trabalho realizado. Repassa o nome dos coordenadores, com o Sr. Gabriel Gualano de Godoy como Coordenador-Geral do Conare; a Sra. Amarilis Busch Tavares como Coordenadora de Elegibilidade; o Sr. Pedro Henrique de Moraes Cícero como Coordenador de Políticas de Refúgio; o Sr. Mathias Alberto Möller como chefe do Setor de Apoio à Gestão do Sistema de Refúgio; o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner como o Chefe da Divisão de Soluções Duradouras; a Sra. Lais Yumi Nitta e a Sra. Danielle do Amaral Pizetta nas chefias dos núcleos regionais do Conare de São Paulo e Campinas, respectivamente; e a Sra. Sylmara Campos Pinho

como nova encarregada do Sisconare. Espera que se consiga fazer o melhor trabalho com uma equipe enxuta, mas muito engajada. Enfim, parte para o último ponto da reunião, o calendário tentativo. Expressa que a data mais importante é a da próxima Reunião Ordinária, prevista para o dia 7 de março de 2023, cuja reunião técnica preliminar ocorrerá no dia 23 de fevereiro de 2023. Explica que a ideia é manter os encontros presenciais durante todo o ano, fazendo uma reunião presencial por mês, não obstante a possibilidade de uma convocatória, sendo que às vezes podem ser necessárias reuniões extraordinárias. Informa que, a princípio, esse é o calendário proposto para o ano, a ser mantido com consistência até o mês de julho, quando poderá haver uma reavaliação para o segundo semestre. Em seguida, pergunta se há alguma consideração. Sem manifestações, considera aprovado o calendário de reuniões ordinárias de 2023. Por fim, agradece a presença de todos que participaram tanto presencialmente quanto no formato online e reitera que a próxima reunião será realizada no dia 7 de março de 2023. Em seguida, declara encerrada a centésima sexagésima sétima Reunião Ordinária do Conare.

Foram DEFERIDOS os seguintes processos de solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado - manifestamente fundados (inciso III do art. 1º da Lei de nº 9.474/97):

08018.031967/2022-70, 08018.010054/2022-10, 08018.027254/2022-10, 08018.066817/2022-87, 08018.012125/2022-19, 08018.066828/2022-67, 08018.024796/2022-22, 08018.032954/2022-18, 08018.014908/2022-37, 08018.012164/2022-16, 08018.004077/2022-95, 08018.041903/2022-87, 08018.069100/2022-97, 08018.024795/2022-88, 08018.010053/2022-75, 08018.004067/2022-50, 08018.004105/2022-74, 08018.004721/2022-25, 08018.004725/2022-11, 08018.005803/2022-97, 08018.009056/2022-66, 08018.009360/2022-11, 08018.009362/2022-01, 08018.009463/2022-73, 08018.009469/2022-41, 08018.010041/2022-41, 08018.010048/2022-62, 08018.010054/2022-10, 08018.010259/2022-03, 08018.010263/2022-63, 08018.010265/2022-52, 08018.010600/2022-12, 08018.010601/2022-67, 08018.010603/2022-56, 08018.011242/2022-65, 08018.011321/2022-76, 08018.011322/2022-11, 08018.011323/2022-65, 08018.011620/2022-19, 08018.012085/2022-13, 08018.012104/2022-01, 08018.012108/2022-81, 08018.012163/2022-71, 08018.012164/2022-16, 08018.012619/2022-01, 08018.012623/2022-61, 08018.012626/2022-03, 08018.012647/2022-11, 08018.012916/2022-49, 08018.013200/2022-69, 08018.013213/2022-38, 08018.013671/2022-77, 08018.013674/2022-19, 08018.014046/2022-42, 08018.015620/2022-80, 08018.015670/2022-67, 08018.015671/2022-10, 08018.015697/2022-50, 08018.015699/2022-49, 08018.015882/2022-44, 08018.015886/2022-22, 08018.015906/2022-65, 08018.016026/2022-14, 08018.016027/2022-51, 08018.016859/2022-77, 08018.016972/2022-52, 08018.016980/2022-07, 08018.017161/2022-79, 08018.017197/2022-52, 08018.017201/2022-82, 08018.017208/2022-02, 08018.017741/2022-66, 08018.017743/2022-55, 08018.018095/2022-54, 08018.018096/2022-07, 08018.018267/2022-90, 08018.018486/2022-79, 08018.018487/2022-13, 08018.018494/2022-15, 08018.018502/2022-23, 08018.018527/2022-27, 08018.018563/2022-91, 08018.018566/2022-24, 08018.019389/2022-01, 08018.019394/2022-14, 08018.019756/2022-69, 08018.019767/2022-49, 08018.020003/2022-04, 08018.020005/2022-95, 08018.020006/2022-30, 08018.020066/2022-52, 08018.021066/2022-70, 08018.021067/2022-14, 08018.021069/2022-11, 08018.022046/2022-16, 08018.022086/2022-68, 08018.022090/2022-26, 08018.022098/2022-92, 08018.022100/2022-23, 08018.022104/2022-10, 08018.022144/2022-53, 08018.022146/2022-42, 08018.022315/2022-44, 08018.022317/2022-33, 08018.022623/2022-70, 08018.022631/2022-16, 08018.022918/2022-46, 08018.023177/2022-11, 08018.023584/2022-28, 08018.023589/2022-51, 08018.023593/2022-19, 08018.023597/2022-05, 08018.023598/2022-41, 08018.023604/2022-61, 08018.024038/2022-12, 08018.024040/2022-83, 08018.024095/2022-93, 08018.024147/2022-21, 08018.024401/2022-91, 08018.024402/2022-36, 08018.024452/2022-13, 08018.024474/2022-83, 08018.024754/2022-91, 08018.024756/2022-81, 08018.024773/2022-18, 08018.024781/2022-64, 08018.024788/2022-86, 08018.024802/2022-41, 08018.024804/2022-31, 08018.025315/2022-04, 08018.025396/2022-34, 08018.025414/2022-88, 08018.025631/2022-78, 08018.025647/2022-81, 08018.025918/2022-06, 08018.025920/2022-77, 08018.026640/2022-86, 08018.027415/2022-67, 08018.027417/2022-56, 08018.027420/2022-70, 08018.027423/2022-11, 08018.027426/2022-47, 08018.027548/2022-33, 08018.027550/2022-11, 08018.027563/2022-81, 08018.027566/2022-15, 08018.028036/2022-94, 08018.028334/2022-84,

08018.028544/2022-72, 08018.028808/2022-98, 08018.028811/2022-10, 08018.029053/2022-49, 08018.029076/2022-53, 08018.029419/2022-80, 08018.029422/2022-01, 08018.030471/2022-89, 08018.030474/2022-12, 08018.030494/2022-93, 08018.030598/2022-06, 08018.030615/2022-05, 08018.030626/2022-87, 08018.030629/2022-11, 08018.030655/2022-49, 08018.030733/2022-13, 08018.030743/2022-41, 08018.031011/2022-78, 08018.031317/2022-24, 08018.031319/2022-13, 08018.031712/2022-15, 08018.031715/2022-41, 08018.031718/2022-84, 08018.031720/2022-53, 08018.031915/2022-01, 08018.031926/2022-83, 08018.031928/2022-72, 08018.031953/2022-56, 08018.031956/2022-90, 08018.031961/2022-01, 08018.031967/2022-70, 08018.032919/2022-07, 08018.032970/2022-19, 08018.033289/2022-80, 08018.033372/2022-59, 08018.033374/2022-48, 08018.033443/2022-13, 08018.033444/2022-68, 08018.033943/2022-55, 08018.033944/2022-08, 08018.033971/2022-72, 08018.033972/2022-17, 08018.034303/2022-62, 08018.034498/2022-41, 08018.034500/2022-81, 08018.034504/2022-60, 08018.035029/2022-49, 08018.035146/2022-11, 08018.035148/2022-00, 08018.035206/2022-97, 08018.035210/2022-55, 08018.035212/2022-44, 08018.035250/2022-05, 08018.035377/2022-16, 08018.035546/2022-18, 08018.035550/2022-86, 08018.035552/2022-75, 08018.035727/2022-44, 08018.035799/2022-91, 08018.035807/2022-08, 08018.036277/2022-15, 08018.036281/2022-75, 08018.036952/2022-06, 08018.037400/2022-15, 08018.037455/2022-17, 08018.037456/2022-61, 08018.037458/2022-51, 08018.037462/2022-19, 08018.037650/2022-47, 08018.038174/2022-81, 08018.038187/2022-51, 08018.038502/2022-40, 08018.038657/2022-86, 08018.039037/2022-64, 08018.039042/2022-77, 08018.039044/2022-66, 08018.039046/2022-55, 08018.039449/2022-02, 08018.039450/2022-29, 08018.039454/2022-15, 08018.039455/2022-51, 08018.039462/2022-53, 08018.039572/2022-15, 08018.039580/2022-61, 08018.039592/2022-96, 08018.039615/2022-62, 08018.039882/2022-30, 08018.039921/2022-07, 08018.040092/2022-05, 08018.040094/2022-96, 08018.040119/2022-51, 08018.040309/2022-79, 08018.040324/2022-17, 08018.040647/2022-19, 08018.040875/2022-81, 08018.041895/2022-79, 08018.041897/2022-68, 08018.042357/2022-00, 08018.042359/2022-91, 08018.042367/2022-37, 08018.042373/2022-94, 08018.043082/2022-13, 08018.044591/2022-63, 08018.044881/2022-15, 08018.045635/2022-72, 08018.045661/2022-09, 08018.045728/2022-05, 08018.046505/2022-57, 08018.046511/2022-12, 08018.046541/2022-11, 08018.046550/2022-10, 08018.047581/2022-80, 08018.047584/2022-13, 08018.047912/2022-81, 08018.048075/2022-16, 08018.048077/2022-05, 08018.048558/2022-11, 08018.048559/2022-57, 08018.048565/2022-12, 08018.048570/2022-17, 08018.048572/2022-14, 08018.048585/2022-85, 08018.048599/2022-07, 08018.049229/2022-89, 08018.049326/2022-71, 08018.049669/2022-36, 08018.049672/2022-50, 08018.049731/2022-90, 08018.049736/2022-12, 08018.049737/2022-67, 08018.049739/2022-56, 08018.049740/2022-81, 08018.049743/2022-14, 08018.049806/2022-32, 08018.049807/2022-87, 08018.050422/2022-62, 08018.050434/2022-97, 08018.050598/2022-14, 08018.050601/2022-08, 08018.051644/2022-01, 08018.051650/2022-50, 08018.051657/2022-71, 08018.051974/2022-98, 08018.052544/2022-93, 08018.052611/2022-70, 08018.052688/2022-40, 08018.052691/2022-63, 08018.052698/2022-85, 08018.053584/2022-52, 08018.053597/2022-21, 08018.053601/2022-51, 08018.054251/2022-41, 08018.054255/2022-29, 08018.054258/2022-62, 08018.054458/2022-15, 08018.054800/2022-87, 08018.054815/2022-45, 08018.055462/2022-09, 08018.055465/2022-34, 08018.055496/2022-95, 08018.055499/2022-29, 08018.055537/2022-43, 08018.055551/2022-47, 08018.055781/2022-14, 08018.055798/2022-63, 08018.056062/2022-11, 08018.056063/2022-57, 08018.056541/2022-29, 08018.057516/2022-62, 08018.057521/2022-75, 08018.057522/2022-10, 08018.057523/2022-64, 08018.057530/2022-66, 08018.057534/2022-44, 08018.057537/2022-88, 08018.057658/2022-20, 08018.057766/2022-01, 08018.058091/2022-17, 08018.058097/2022-86, 08018.058098/2022-21, 08018.058099/2022-75, 08018.058217/2022-45, 08018.058219/2022-34, 08018.058592/2022-95, 08018.058593/2022-30, 08018.058598/2022-62, 08018.058600/2022-01, 08018.058804/2022-34, 08018.058827/2022-49, 08018.058865/2022-00, 08018.058868/2022-35, 08018.059336/2022-15, 08018.059398/2022-27, 08018.059454/2022-23, 08018.059687/2022-26, 08018.059691/2022-94, 08018.059970/2022-58, 08018.059971/2022-01, 08018.060336/2022-68, 08018.060340/2022-26, 08018.060344/2022-12, 08018.060431/2022-61, 08018.060432/2022-14, 08018.060462/2022-12, 08018.060465/2022-56, 08018.060534/2022-21, 08018.060825/2022-10, 08018.060830/2022-22, 08018.061806/2022-19, 08018.061811/2022-13, 08018.062117/2022-13, 08018.062725/2022-28, 08018.062732/2022-20, 08018.063064/2022-58, 08018.063070/2022-13, 08018.063071/2022-50, 08018.063075/2022-38, 08018.063097/2022-06, 08018.063104/2022-61, 08018.063107/2022-03,

08018.063262/2022-11, 08018.063300/2022-36, 08018.064692/2022-51, 08018.064693/2022-03, 08018.064694/2022-40, 08018.064784/2022-31, 08018.064786/2022-20, 08018.065128/2022-55, 08018.065592/2022-41, 08018.065600/2022-50, 08018.065925/2022-32, 08018.065926/2022-87, 08018.065929/2022-11, 08018.065937/2022-67, 08018.065940/2022-81, 08018.065951/2022-61, 08018.065954/2022-02, 08018.065955/2022-49, 08018.065957/2022-38, 08018.065959/2022-27, 08018.066058/2022-52, 08018.066070/2022-67, 08018.066312/2022-12, 08018.066336/2022-71, 08018.066337/2022-16, 08018.066345/2022-62, 08018.066478/2022-39, 08018.066488/2022-74, 08018.066493/2022-87, 08018.066513/2022-10, 08018.066540/2022-92, 08018.066552/2022-17, 08018.066553/2022-61, 08018.066555/2022-51, 08018.066813/2022-07, 08018.066821/2022-45, 08018.066831/2022-81, 08018.066836/2022-11, 08018.066848/2022-38, 08018.067150/2022-30, 08018.067151/2022-84, 08018.067153/2022-73, 08018.067154/2022-18, 08018.067157/2022-51, 08018.067160/2022-75, 08018.067161/2022-10, 08018.067162/2022-64, 08018.067171/2022-55, 08018.067944/2022-01, 08018.067948/2022-81, 08018.067949/2022-26, 08018.067950/2022-51, 08018.067951/2022-03, 08018.068041/2022-30, 08018.068720/2022-17, 08018.068721/2022-53, 08018.068901/2022-35, 08018.068904/2022-79, 08018.068939/2022-16, 08018.068945/2022-65, 08018.068959/2022-89, 08018.068964/2022-91, 08018.068989/2022-95, 08018.069055/2022-71, 08018.069058/2022-12, 08018.069066/2022-51, 08018.069072/2022-16, 08018.069075/2022-41, 08018.069093/2022-23, 08018.069095/2022-12, 08018.069101/2022-31, 08018.069102/2022-86, 08018.069106/2022-64, 08018.069111/2022-77, 08018.069309/2022-51, 08018.051474/2022-56, 08018.053758/2022-87, 08018.046566/2022-14, 08018.068934/2022-85, 08018.043311/2022-08, 08018.048885/2022-64, 08018.047424/2022-74, 08018.040264/2020-71, 08018.035755/2022-61, 08018.061488/2022-88, 08018.066331/2022-49, 08018.046594/2022-31, 08018.051528/2022-83, 08018.061834/2022-28, 08018.052718/2022-18, 08018.043321/2022-35, 08018.049831/2022-16, 08018.039059/2022-24, 08018.068825/2022-68, 08018.035019/2022-11, 08018.034557/2022-81, 08018.043316/2022-22, 08018.054104/2022-71, 08018.046650/2022-38, 08018.066825/2022-23, 08018.042203/2022-18, 08018.068155/2022-80, 08018.046538/2022-05, 08018.048183/2022-81, 08018.008150/2019-01, 08018.035524/2022-58, 08018.058085/2022-51, 08018.049829/2022-47, 08018.035585/2022-15, 08018.002387/2019-70, 08018.012255/2020-90, 08018.049290/2021-45, 08018.029575/2022-41, 08018.050438/2022-75, 08018.062941/2022-73, 08018.062942/2022-18, 08018.057323/2022-10, 08018.062757/2022-23, 08018.063861/2022-35, 08018.068331/2022-83, 08018.068399/2022-62, 08018.003542/2019-75, 08018.063863/2022-24, 08018.049291/2021-90, 08018.068339/2022-40, 08018.057344/2022-27, 08018.038777/2022-83, 08018.063862/2022-80, 08018.063864/2022-79, 08018.049176/2022-04, 08018.028551/2022-74, 08018.026419/2022-28, 08018.033584/2022-36, 08018.042541/2022-41, 08018.045120/2022-72, 08018.049395/2022-85, 08018.070089/2022-16, 08018.054427/2022-64, 08018.059419/2022-12, 08018.062645/2022-72, 08018.015410/2020-20, 08018.039696/2021-10, 08018.015242/2019-39, 08018.031996/2021-51, 08018.009707/2020-56, 08018.014118/2021-71, 08018.025978/2020-59, 08018.032852/2020-31, 08018.040291/2020-43, 08018.014135/2021-16, 08018.046043/2020-14, 08018.046029/2020-11, 08018.046401/2020-81, 08018.054324/2020-32, 08018.004263/2021-43, 08018.005815/2021-31, 08018.005417/2021-14, 08018.007149/2021-75, 08018.030921/2021-52, 08018.030745/2021-59, 08018.025421/2021-07, 08018.044918/2022-05, 08018.029007/2021-69, 08018.035487/2021-05, 08018.035366/2021-55, 08018.035378/2021-80, 08018.038841/2021-45, 08018.050379/2021-54, 08018.051746/2021-37, 08018.052639/2021-26, 08018.054548/2021-25, 08018.006875/2022-51, 08018.057011/2021-17, 08018.001011/2022-43, 08018.001014/2022-87, 08018.001207/2022-38, 08018.002425/2022-90, 08018.004903/2022-04, 08018.006793/2022-15, 08018.007788/2022-11, 08018.008854/2022-71, 08018.009480/2022-19, 08018.010743/2022-24, 08018.056064/2022-00, 08018.020899/2022-13, 08018.020908/2022-76, 08018.016490/2022-01, 08018.018915/2022-16, 08018.018719/2022-33, 08018.022702/2022-81, 08018.022382/2022-69, 08018.025759/2022-31, 08018.026426/2022-20, 08018.026616/2022-47, 08018.026619/2022-81, 08018.026681/2022-72, 08018.029958/2022-19, 08018.027670/2022-18, 08018.030896/2022-98, 08018.030934/2022-11, 08018.050696/2022-51, 08018.035540/2022-41, 08018.031089/2022-92, 08018.032300/2022-94, 08018.048997/2022-15, 08018.034071/2022-42, 08018.033968/2022-59, 08018.035371/2022-49, 08018.040319/2022-12, 08018.035910/2022-40, 08018.039625/2022-06, 08018.036151/2022-32, 08018.039541/2022-64, 08018.042056/2022-78, 08018.040721/2022-99, 08018.042229/2022-58, 08018.043747/2022-99, 08018.044233/2022-51, 08018.048615/2022-53, 08018.050666/2022-45,

08018.058183/2022-99, 08018.052030/2022-38, 08018.050972/2022-81, 08018.060592/2022-55, 08018.052161/2022-15, 08018.052536/2022-47, 08018.054328/2022-82, 08018.055289/2022-31, 08018.056323/2022-94, 08018.064993/2022-84, 08018.064990/2022-41, 08018.064991/2022-95, 08018.064988/2022-71, 08018.061072/2022-60, 08018.062122/2022-26, 08018.062119/2022-11, 08018.067878/2022-61, 08018.066529/2022-22, 08018.065948/2022-47, 08018.068166/2022-60, 08018.067962/2022-85, 08018.024778/2022-41, 08018.015424/2020-43, 08018.015701/2022-80, 08018.024777/2022-04, 08018.034090/2022-79, 08018.001744/2021-05, 08018.049004/2022-22, 08018.026722/2021-40, 08018.016029/2021-69, 08018.013670/2020-61, 08018.004265/2021-32, 08018.051939/2020-15, 08018.048270/2020-76, 08018.001775/2021-58, 08018.052186/2022-19, 08018.032299/2020-36, 08018.013664/2020-11, 08018.045607/2020-93, 08018.049017/2022-00, 08018.024779/2022-95, 08018.045777/2020-78, 08018.037324/2020-78, 08018.049029/2022-26, 08018.058017/2020-21, 08018.049013/2022-13, 08018.008857/2022-12, 08018.000564/2021-06, 08018.001769/2021-09, 08018.015693/2022-71, 08018.035472/2021-39, 08018.049027/2022-37, 08018.044054/2020-51, 08018.054549/2021-70, 08018.003803/2021-71, 08018.018344/2019-14, 08018.037222/2021-33.

Foram DEFERIDAS as Autorizações de Viagem dos seguintes processos:

08018.064361/2022-11, 08018.065076/2022-17, 08018.061418/2022-20, 08018.061408/2022-94, 08018.063651/2022-47, 08018.063768/2022-21, 08018.063768/2022-21, 08018.063638/2022-98, 08018.065338/2022-43, 08018.065338/2022-43, 08018.065568/2022-11, 08018.064971/2022-14, 08018.065576/2022-59, 08018.066225/2022-65, 08018.061665/2022-26, 08018.061665/2022-26, 08018.061665/2022-26, 08018.066459/2022-11, 08018.061817/2022-91, 08018.066105/2022-68, 08018.064979/2022-81, 08018.067144/2022-82, 08018.063066/2022-47, 08018.063066/2022-47, 08018.063066/2022-47, 08018.063066/2022-47, 08018.067124/2022-10, 08018.067796/2022-17, 08018.067832/2022-42, 08018.061387/2022-15, 08018.067874/2022-83, 08018.067114/2022-76, 08018.064979/2022-81, 08018.037762/2022-06, 08018.065427/2022-90, 08018.068666/2022-00, 08018.066087/2022-14, 08018.059292/2022-23, 08018.069411/2022-56, 08018.070377/2022-62, 08018.070369/2022-16, 08018.070364/2022-93, 08018.071009/2022-31, 08018.000363/2023-62, 08018.000320/2023-87, 08018.000406/2023-18, 08018.070158/2022-83, 08018.070043/2022-99, 08018.070683/2022-07, 08018.068970/2022-49, 08018.001102/2023-60, 08018.001111/2023-51, 08018.000359/2023-02, 08018.000353/2023-27, 08018.068666/2022-00, 08018.048733/2021-81, 08018.000761/2023-89, 08018.063965/2022-40, 08018.000304/2023-94, 08018.001344/2023-53, 08018.001223/2023-10, 08018.002051/2023-93, 08018.002046/2023-81, 08018.003779/2023-32, 08018.003831/2023-51, 08018.002682/2023-11, 08018.004377/2023-55, 08018.001550/2023-63, 08018.001550/2023-63, 08018.005333/2023-42, 08018.005312/2023-27, 08018.004742/2023-21, 08018.005453/2023-40, 08018.004737/2023-19, 08018.004349/2023-38, 08018.005460/2023-41, 08018.005549/2023-16, 08018.005552/2023-21, 08018.005991/2023-34.

Membros:

Sheila Santana de Carvalho - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Augusto de Arruda Botelho - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Tatyana Scheila Friedrich - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Gabriel Felipe da Fonseca Dizner - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Maria Clara de Paula Tusco - Ministério das Relações Exteriores

Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede - Ministério das Relações Exteriores

Lucilene Estevam Santana - Ministério do Trabalho

Denis dos Santos Freitas - Ministério do Trabalho

Marina Moreira Costa Pittella - Ministério da Saúde

Rafaela Beatriz Moreira Batista Brunale - Ministério da Saúde

Thomaz Alexandre Mayer Napoleão - Ministério da Educação

Roseli Teixeira Alves - Ministério da Educação

Marinho da Silva Rezende Júnior - Polícia Federal

Bruno Ribeiro Castro - Polícia Federal

Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão - Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

Padre Marcelo Maróstica Quadro - Cáritas Arquidiocesana de São Paulo

Irmã Rosita Milesi - IMDH

Davide Torzilli - Acnur

Sílvia Sander - Acnur

Gustavo Zortéa da Silva - DPU

André de Carvalho Ramos - MPF



Documento assinado eletronicamente por **Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Coordenador(a)-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados**, em 08/11/2023, às 13:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **23480862** e o código CRC **FE8DB10A**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.